
MÃO DE OBRA NA AGRICULTURA PAULISTA

Em princípios de 1955, a Subdivisão de Economia Rural, pelo seu serviço de amostragem, executou um levantamento com o fim de conhecer a força de trabalho engajada nas atividades agrícolas do Estado de São Paulo.

O levantamento processou-se em fevereiro de 1955, partindo-se de uma amostra estatística estratificada de 1 450 propriedades previamente construída para fins de levantamentos da produção agrícola. Para tal pesquisa usou-se um questionário especialmente elaborado para o objetivo que se tinha em vista, o qual foi preenchido pelo agrônomo regional através de visitas diretas às propriedades abrangidas pela amostra. Foram, a seguir, devolvidos à Subdivisão de Economia Rural para serem apurados e analisados.

A partir da amostra, determinou-se o número total de trabalhadores e o número de trabalhadores em cada uma das seguintes classes: proprietários, colonos, parceiros, arrendatários e camaradas.

Quadro I

	Nºs totais de adultos(1)	% total de trabalhadores
Proprietários	360 000	25,90
Colonos	285 000	20,50
Arrendatários	215 000	15,50
Parceiros	225 000	16,20
Camaradas		
Diaristas	221 000	15,80
Mensalistas	86 000	6,10
Total	1 392 000	100 00

- (1) Os totais apresentados no quadro I representam trabalhadores adultos que dispõem de todo seu tempo às atividades agrícolas. Para chegar-se a esses resultados, as crianças com idade de 10 a 15 anos foram consideradas como adultos equivalentes e o número de mulheres que se dedicavam em tempo parcial a lides agrícolas, foi alterado de modo a terem-se trabalhadoras de tempo integral. As propriedades do Estado de São Paulo com menos de 3 hectares bem como todas aquelas do setor agrícola de Santos, não foram incluídas na amostra que forneceu os dados levantados para essa análise.

Os termos empregados para especificar esses grupos, correspondem às denominações comumente usadas em nosso meio para caracterizar os diversos tipos de trabalhadores que se dedicam à exploração agrícola. Assim é que colono se refere aos trabalhadores engajados no trato cultural e na colheita do café ou da cana mediante remuneração fixa em dinheiro e em espécie, estipulada por 1 000 pés tratados e saca colhida, no café, por hectare e tonelada, na cana.

Os empreiteiros que se dedicam a essas culturas, por representarem um grupo muito pequeno, foram incluídos entre os colonos.

Por parceiros e arrendatários, deve-se entender todos os trabalhadores que pagam aluguel pela terra onde trabalham mediante quantia previamente acertada, em produtos colhidos ou em dinheiro. Os camaradas compreendem todos aqueles que se encontram prestando serviço na base de salários diários ou mensais. Finalmente, a denominação de proprietário usada no inquerito indica os proprietários e pessoas de sua família que efetivamente se dedicam ao trabalho braçal agrícola. Nesse grupo não foram incluídos os proprietários que apenas administram suas propriedades.

Confronto com os dados do censo de 1950

Comparando-se o total de trabalhadores encontrados por este levantamento com os dados fornecidos pelo Censo de 1950 atualizado para o primeiro trimestre de 1955 de acordo com a taxa de crescimento e de emigração da agricultura, verifica-se conforme mostra o quadro II, que os resultados são praticamente iguais (1). Nota-se, também, que a força de trabalho constituída de elementos adultos determinada neste estudo (1 392 000 pessoas) equivale a 32% da atual população rural total do Estado

Quadro II		
	Levantamento por amostragem	Censo de 1950 atualizado para 1955
Trabalhadores adultos	1 392 000	1 336 800
População rural	-	4 334 507
Relação trabalhadores adultos-população rural		0,32

- (1) Essa diferença encontra explicação, possivelmente, no fato de a população rural e o número de pessoas engajadas nas atividades agrícolas em 1955, terem sido calculadas a partir do censo de 1950 com auxílio de uma taxa de crescimento e de emigração que não foi possível determinar-se com exatidão por falta de dados mais completos.

Posição dos trabalhadores não proprietários

Pelos números expostos no quadro I, vê-se que os proprietários concorrem com a maior percentagem da mão de obra do Estado, seguindo-se-lhes os camaradas, colonos, parceiros e arrendatários. Quando, porém, classificamos todos esses trabalhadores de acordo com seu estado em relação à terra que exploram e às pessoas a quem prestam serviço, encontramos resultados mais significativos que os anteriormente citados. Assim, examinando-se o quadro II, verifica-se que 42% da mão de obra total da agricultura paulista é assalariada; 32% fazem suas explorações em terras alugadas e apenas 26% dedicam-se a atividades agrícolas em terras próprias.

Quadro III

	Nº	%
Trabalhadores assalariados.....	592 000	42
Trabalhadores que exploram terras alugadas	440 000	32
Trabalhadores que exploram suas próprias terras.....	360 000	26
Total	1 392 000	100

Participação dos proprietários no trabalho agrícola

Outro aspecto da força de trabalho agrícola do Estado considerada neste levantamento, é o das propriedades onde as atividades agrícolas são exercidas pelos proprietários e membros de sua família. A tabulação dos números relativos à essa questão foi feita de modo a ter-se o número de propriedades do Estado que são trabalhadas pelos proprietários por classe de tamanho. Os números alinhados no quadro IV mostram-nos essa situação.

Quadro IV
NÚMERO DE PROPRIEDADES

Tamanho Hectares	Em que os proprietários participam dos trabalhos	%	Em que os proprietários não participam dos trabalhos	%
3 a 10	20 363	44,5	25 375	55,5
10 a 30	53 151	65,6	27 874	44,4
30 a 100	41 014	61,7	25 425	38,3
100 a 300	11 145	45,5	13 366	54,5
300 a 1000	2 250	24,0	7 111	76,0
1000 a 3000	117	4,8	2 303	95,2
3000 a mais	10	1,8	563	98,2

Analisando-se os dados do quadro IV, nota-se que o número de proprietários que executam serviços em suas propriedades cresce na medida em que a área aumenta e que esse decréscimo se acentua a partir das propriedades com mais de 100 hectares, área a partir da qual os proprietários podem deixar de fazer trabalhos. Todavia, no grupo das propriedades de mais de 100 até 300 hectares (fazenda familiar) mais comum é o proprietário executar a dupla função de empresário e de fornecedor de mão de obra. É por isso que os números mostram que, de 24 000 propriedades, cerca de 11 000 ainda têm trabalhadores que são membros da família do proprietário. Nas grandes fazendas (200 hectares a mais) a regra é os proprietários funcionarem apenas como empresário, deixando o trabalho para seus assalariados ou parceiros. Esse tipo de empresa é bastante comum em nosso meio rural, devido principalmente à grande área das propriedades, relativa facilidade de mão de obra assalariada e sua baixa remuneração.

As grandes propriedades que ainda contam com o trabalho de seus proprietários, pertencem, provavelmente, a antigos colonos ou parceiros. Esses evoluíram economicamente e ascenderam à classe dos proprietários, embora ainda se mantenham afeitos aos trabalhos físicos e arraigados à terra, razão pela qual eles e os membros de suas famílias continuam concorrendo com o seu trabalho na exploração agrícola de suas propriedades, a despeito da grande área delas.

Provavelmente, e isso pode esperar-se embora não seja revelado neste estudo, grande maioria dos 1 032 000 trabalhadores das categorias de assalariados (colonos e camaradas), parceiros e arrendatários encontra-se prestando serviços nas propriedades com mais de 200 hectares, pois, na quase totalidade das pequenas (com menos de 200 hectares), com exceção das propriedades que se dedicam à exploração intensiva de frutas, legumes e verduras, os serviços são inteiramente executados pelos proprietários e suas famílias.

Quando se consultam as estatísticas de outros países de agricultura mais adiantada que a nossa, como a norte-americana e escandinava por exemplo, no concernente a esse assunto, nota-se que a situação é bem diferente. Assim, é que a grande maioria das propriedades são trabalhadas pelo proprietário e sua família; somente em certas épocas do ano, quando os serviços são mais intensos e prementes, um ou dois e no máximo três trabalhadores são solicitados a trabalhar em cada propriedade.

O fomento da racionalização de nossa agricultura pela introdução mais intensa de máquinas agrícolas, melhor preparo dos trabalhadores especializados, elevação dos salários rurais, ní-

veis de preço mínimo remunerador e tributação mais elevada das terras são alguns dos principais fatores que podem, nos próximos anos, contribuir para alterar profundamente o número dos trabalhadores dentro de cada uma das cinco classes citadas bem como para reduzir sensivelmente o número de assalariados e permitir que a maior porcentagem das áreas exploradas diretamente seja feita pelos proprietários.

* * *